

PREGÃO ELETRÔNICO

TRADICIONAL 90096/2025

CONTRATANTE (120637)

BASE AÉREA DE BOA VISTA

OBJETO

SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, PARA FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET POR MEIO DE LINK DEDICADO EM FIBRA ÓPTICA 12FO, COM LARGURA DE BANDA SIMÉTRICA DE 1 GBPS SIMÉTRICO E DEDICADO, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO.

VALORTOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 67.836,42 (sessenta e sete mil, oitocentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 20/02/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
9. DO TERMO DE CONTRATO.....	16
10. DOS RECURSOS.....	17
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	21
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	21



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE BOA VISTA**

PREGÃO ELETRÔNICO TRAD Nº 90096/2025

(Processo Administrativo nº: **67291.004812/2025-33**)

Torna-se público que a União, Ministério da Defesa, representada pela Base Aérea de Boa Vista, por meio da Seção de Licitações Contratos, sediada na Rua Valdemar Bastos de Oliveira, nº 2990, no Bairro Aeroporto, em Boa Vista-RR, CEP 69.310-108, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de **SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, PARA FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET POR MEIO DE LINK DEDICADO EM FIBRA ÓPTICA 12FO, COM LARGURA DE BANDA SIMÉTRICA DE 1 GBPS SIMÉTRICO E DEDICADO, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em único item.

2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6 Para o único item licitado, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

2.8 Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.8.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.10 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.8.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.9 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10 O impedimento de que trata o item 2.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13 O disposto nos itens 3.7.4 e 2.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.15 A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1 O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.7 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

4.8 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.9 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.7.1 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.15 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total do item;

5.1.2 marca;

5.1.3 fabricante;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional

5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9 O prazo de validade da proposta será de **120 (cento e vinte)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,05 (cinco centavos).

6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.11.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.6 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17 Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.17.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.17.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.18.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.18.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.4 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20 Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

6.20.1 Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

6.20.1.1 bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

6.20.1.2 bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

6.20.1.3 bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

6.20.2 Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 6.19.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

6.20.3 Caso a preferência não seja exercida na forma do item 6.19.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 6.19.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** caso esse direito não seja exercido

6.20.4 As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação

6.22.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.23 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1 empresas brasileiras;

6.20.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.25 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.25.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.25.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.26 Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

6.4.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1 contiver vícios insanáveis;

7.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por documentos escaneados e/ou digitalizados com formato “pdf”

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9 Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado com o Esquadrão de Tecnologia da Informação e Comunicações, pelo e-mail etic.babv@fab.mil.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.9.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.10 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12 A verificação pelo pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.13 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9 DO TERMO DE CONTRATO

9.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2 O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5 Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.8 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10 DOS RECURSOS

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br/compras e <https://pncp.gov.br>

11 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6 fraudar a licitação

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 e 11.1.4 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: www.gov.br/compras e licitababv@gmail.com

12.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

13.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 ANEXO I - Termo de Referência

13.11.1.1 Apêndice do Anexo I - Anexos do Termo de Referência

13.11.1.2 Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

13.11.2 ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

13.11.3 ANEXO III - Atestado de Visita Técnica

13.11.4 ANEXO IV - Minuta da Proposta

13.11.5 ANEXO V - Termo de ciência e Concordância

Boa Vista – RR, 27 de Janeiro de 2026

Minuta elaborada por:

SIDCLEI JUNGER DA SILVA JUNIOR 1º Ten Int
Chefe da Seção de Licitações e Contratos

Conferido:

RICHARD JULIÃO ALVES Cap Int
Agente de Controle Interno

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, **APROVO** o presente Minuta de Edital.

JOZAFAR DA PAIXÃO OLIVEIRA JUNIOR Maj Int
Ordenador de Despesas

BASE AÉREA DE BOAVISTA

Termo de Referência 137/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
137/2025	120637-BASE AÉREA DE BOAVISTA	JOSENILTON PASCOAL HERKSEDEK	22/01/2026 11:00 (v 0.7)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		67291.004812/2025-33

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Este Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de telecomunicações, para fornecimento de acesso à internet por meio de link dedicado em fibra óptica 12FO, com largura de banda simétrica de 1 Gbps, incluindo a instalação, configuração, manutenção, suporte técnico e fornecimento de todos os equipamentos necessários em regime de comodato, para atendimento da Base Aérea de Boa Vista (BABV), conforme anexo A.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O serviço objeto desta contratação são caracterizados como **comum**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a solução é essencial para a operação diária da BABV e deve ser prestado de forma ininterrupta, assim como previsto no Estudo Técnico Preliminar. A continuidade operacional é imprescindível para garantir conectividade estratégica, economicidade e disponibilidade sistêmica.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade permanente de acesso à internet de alta disponibilidade e baixa latência, voltada ao suporte das atividades administrativas, militares, operacionais e estratégicas da Base Aérea de Boa Vista (BABV) e das Organizações Militares apoiadas. O serviço é fundamental para garantir a continuidade das comunicações interforças, o funcionamento dos sistemas corporativos, a segurança da informação e o apoio logístico-administrativo das unidades apoiadas. Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, o quantitativo

de banda estimado (1 Gbps simétrico) foi calculado com base no consumo atual de tráfego e projeções de crescimento, garantindo margem técnica de segurança operacional, conforme o Anexo A.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual e encontra-se detalhado nas informações constantes do Estudo Técnico Preliminar (ETP) deste termo de referência.

2.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) vigente da organização, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
N1	Aprimorar a infraestrutura de TIC para suportar sistemas administrativos e operacionais da BABV.
N2	Garantir conectividade permanente para comunicações estratégicas e apoio logístico às OM apoiadas.
M1	Promover a transformação digital e integração com plataformas governamentais seguras.

ALINHAMENTO AO PDTIC			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A1	Disponibilizar serviços de TIC com alta disponibilidade e confiabilidade	M1	Garantir infraestrutura de rede com desempenho superior a 98% de SLA
A2	Reduzir vulnerabilidades de comunicação e acesso a sistemas	M2	Mitigar riscos operacionais críticos

2.4. Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste na contratação de serviço continuado de acesso à internet por meio de link dedicado em fibra óptica 12FO, com largura de banda mínima e garantida de 1 Gbps (download/upload), custeio integral dos equipamentos necessários, suporte técnico especializado e monitoramento ativo em tempo real. A solução abrange todo o ciclo de vida dos serviços, compreendendo:

3.2.1. Fornecimento de todos os equipamentos ativos e passivos em regime de comodato;

3.2.2. *Instalação e ativação com configuração inicial documentada e homologada;*

3.2.3. *Operação contínua, com suporte técnico 24x7 e manutenção preventiva/corretiva;*

3.2.4. *Monitoramento em tempo real, com indicadores de latência, perda de pacotes e disponibilidade de rede;*

3.2.5. *Reposição de equipamentos, em caso de falha, dentro dos prazos estabelecidos no SLA; e*

3.2.6. *Desmobilização ao término da vigência, com retirada dos equipamentos e encerramento operacional adequado.*

3.3. O quantitativo de serviços e equipamentos foi projetado conforme diagnóstico de demanda e projeção de tráfego apresentado no Estudo Técnico Preliminar, sendo estimado com base em parâmetros de utilização atual e crescimento previsto.

3.4. A solução contempla todo o ciclo de vida do serviço de TIC, conforme diretrizes previstas no art. 6º, inciso XXII, da Lei nº 14.133/2021 e art. 5º da IN SEGES/ME nº 94/2022, o que assegura que a contratação atende critérios de economicidade, continuidade, disponibilidade e viabilidade técnica, garantindo aderência às necessidades institucionais e aos parâmetros estratégicos da Administração Pública.

3.5. Em termos de economicidade, sob o aspecto técnico e financeiro, a adoção de link dedicado em fibra óptica representa a alternativa mais vantajosa em relação a conexões compartilhadas ou soluções via rádio e satélite. O modelo de banda garantida e simétrica proporciona maior previsibilidade de desempenho, reduz falhas e elimina as interrupções frequentes observadas na infraestrutura anterior, aumentando a produtividade e diminuindo custos indiretos decorrentes de indisponibilidade de rede. A solução em fibra óptica também apresenta melhor custo-benefício a longo prazo, devido à durabilidade da infraestrutura, ao baixo índice de manutenção e à possibilidade de ampliação da capacidade sem necessidade de substituição completa do sistema.

3.6. O serviço deverá contemplar o fornecimento e instalação de todos os equipamentos em perfeitas condições de uso, devidamente configurados e integrados à rede local da BABV. Deverão ser disponibilizadas ferramentas de monitoramento em tempo real da conexão, que permitam ao contratante verificar a qualidade do serviço, disponibilidade, latência e demais indicadores de desempenho. Os equipamentos fornecidos deverão possuir certificação de segurança elétrica e de telecomunicações, homologação ANATEL, e atender às normas internacionais da IEC (International Electrotechnical Commission) reconhecidas pela ABNT.

3.7. A configuração inicial e ativação dos equipamentos necessários para o funcionamento do link deverão ser realizadas durante o processo de instalação, assegurando a entrega do serviço em pleno funcionamento. A contratada deverá disponibilizar técnico qualificado para acompanhar o processo de configuração e validação dos parâmetros operacionais junto ao responsável técnico da BABV, emitindo relatório de instalação e aceite.

3.8. Tendo em vista a segurança da informação e a confiabilidade dos equipamentos, a solução deverá atender integralmente aos requisitos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), bem como às boas práticas de segurança cibernética. A contratada deverá garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações transmitidas, além de adotar medidas de proteção contra acessos indevidos, interceptações e ataques de negação de serviço.

3.9. É importante ressaltar que, em vista das exigências operacionais da Força Aérea Brasileira, deverão ser seguidos rigorosamente os requisitos técnicos da contratação, conforme estabelecido no ETP e no Anexo A, de modo a evitar interrupções no fornecimento do serviço, garantir a continuidade das comunicações críticas e assegurar desempenho constante dentro dos parâmetros contratados.

3.10. Com base nessa análise, considerou-se viável e tecnicamente recomendada a adoção de link dedicado em fibra óptica, por garantir conectividade contínua e de qualidade, assegurando a execução ininterrupta das atividades administrativas e operacionais da BABV, sem os riscos de degradação de sinal ou variação de desempenho característicos de outras tecnologias.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. *Garantir conectividade estável, segura e de alta disponibilidade para apoio às atividades administrativas, operacionais e estratégicas da BABV e demais organizações militares vinculadas, conforme demonstrado no ETP.*

4.1.2. *Assegurar a continuidade dos serviços de telecomunicações por meio de link dedicado com desempenho controlado e monitoramento em tempo real, viabilizando os fluxos de dados essenciais ao funcionamento das atividades militares.*

4.1.3. *Viabilizar a modernização da infraestrutura de TIC, atendendo às diretrizes do Comando da Aeronáutica, da Estratégia de Governo Digital e do PDTIC vigente, visando o alinhamento tecnológico e a eficiência administrativa.*

4.1.4. *Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho*

4.1.5. *A solução proposta seja comum de mercado e apta a ser fornecida por diferentes prestadores de serviço do ramo.*

4.1.6. *A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação.*

4.1.7. *Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.*

4.1.8. *Objetiva-se a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telecomunicações para fornecimento de link dedicado de internet em fibra óptica 12FO, com largura de banda de 1 Gbps simétrico, incluindo equipamentos em comodato, instalação, configuração e manutenção nas dependências da BABV.*

4.1.9. *Fornecimento de equipamentos em perfeitas condições de uso, devidamente instalados, com ferramentas de monitoramento da conexão para que o contratante possa verificar a qualidade do serviço e identificar possíveis problemas.*

4.1.10. *A configuração inicial e ativação dos equipamentos necessários para o funcionamento do link deverão ser realizadas durante o processo de instalação, garantindo a plena operação do serviço na entrega.*

4.1.11. *Tendo em vista a proteção à saúde do usuário, bem como a necessária confiabilidade dos equipamentos, os modelos propostos devem atender às normas internacionais de segurança à saúde da IEC (International Electrotechnical Commission) reconhecidas para aplicação no Brasil pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).*

4.1.12. *A contratada deverá fornecer, no momento da entrega das instalações, os contatos atualizados e disponíveis para acesso ao serviço de atendimento e suporte técnico, incluindo telefone, e-mail, chat e/ou aplicativo.*

4.1.13. *Todos os custos de transporte, entrega, instalação, manutenção e suporte serão de responsabilidade exclusiva da contratada, sem repasse de encargos à Administração.*

4.1.14. *O serviço deverá permitir integração total com a rede local (LAN) da BABV, por meio de interfaces Ethernet padrão RJ-45 e conexão compatível com IPv4 e IPv6.*

4.1.15. O link dedicado deverá apresentar os seguintes parâmetros técnicos mínimos:

4.1.15.1. Velocidade: 1 Gbps simétrico;

4.1.15.2. Disponibilidade: $\geq 98\%$ mensal;

4.1.15.3. Latência média: ≤ 20 ms;

4.1.15.4. Jitter máximo: ≤ 5 ms;

4.1.15.5. Perda de pacotes: $\leq 1\%$;

4.1.15.6. Tempo máximo de resposta a falhas críticas: 3h;

4.1.15.7. Restabelecimento máximo: 24h.

4.1.16. O serviço deverá oferecer monitoramento contínuo 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana) e notificação proativa em caso de falhas, com relatórios mensais de desempenho.

4.1.17. A contratada deverá garantir o sigilo e a inviolabilidade dos dados trafegados em sua rede, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). As partes se comprometem a manter confidencialidade sobre todas as informações, dados e sistemas aos quais tiverem acesso durante a execução do contrato.

4.1.18. Os circuitos de rede devem ser compatíveis com as tecnologias empregadas na Internet, suportando, no mínimo, os seguintes protocolos: IP, TCP, UDP, HTTP, TELNET, FTP, SMTP, IMAP, POP3, SNMP, SSH, VPN, ICMP, além de quaisquer outros baseados em TCP/IP eventualmente exigidos pelo contratante.

4.1.19. Em caso de falha ou interrupção do serviço, o contratante terá direito à compensação proporcional, podendo esta ocorrer por meio de abatimento no valor da mensalidade, ressarcimento ou outra forma de compensação previamente acordada, como garantia da contratação do serviço.

4.1.20. Ocorrendo qualquer intercorrência técnica que comprometa a prestação do serviço, falhas críticas entre outras indisponibilidades, a contratada deverá restabelecer o pleno funcionamento em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da comunicação formal realizada pelo contratante. O descumprimento deste prazo poderá acarretar aplicação de penalidades por descumprimento e desconto proporcional ao tempo de indisponibilidade na fatura mensal.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica, visto que os equipamentos e sistemas disponibilizados possuem interface intuitiva e tecnologia plug-and-play. Todavia, a contratada deverá fornecer orientações básicas para operação e monitoramento da solução no momento da implantação, garantindo autonomia mínima ao usuário administrativo da BABV.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

4.4. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas e preventivas pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades.

4.4.1. A manutenção deverá incluir substituição de equipamentos defeituosos, atendimento a falhas críticas em até 03 horas, e restauração total do serviço em até 24 horas, conforme parâmetros de SLA estabelecidos no ETP.

Requisitos Temporais

- 4.5. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 30 dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;
- 4.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 4.7. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.
- 4.8. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Atividade/Ocorrência	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução de problema
Indisponibilidade total do serviço	03 horas	24 horas
Degradação de desempenho	24 horas	48 horas
Falha sem impacto direto na continuidade	48horas	72 horas

Requisitos de Segurança e Privacidade

- 4.9. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e bem como à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), garantindo o sigilo, a integridade e a disponibilidade dos dados trafegados.
- 4.9.1. *Deverão ser empregados protocolos seguros e mecanismos de autenticação, acesso restrito e tratamento de logs.*

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.10. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:
- 4.10.1. *A contratada deverá observar integralmente os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), com especial atenção aos processos de logística reversa, descarte ambientalmente correto de resíduos tecnológicos e documentação comprobatória de destinação final, quando solicitado pela Administração.*
- 4.10.2. *Deverão ser utilizados, sempre que possível, equipamentos e tecnologias com comprovação documental de eficiência energética, observando preferencialmente padrões como ENERGY STAR®, ou equivalente reconhecido nacional ou internacionalmente.*
- 4.10.3. *A contratada deverá garantir que os consumíveis e possíveis resíduos oriundos da manutenção ou substituição de equipamentos sejam adequadamente recolhidos e encaminhados, vedado o descarte inadequado em áreas comuns ou em instalações do Contratante.*
- 4.10.4. *A solução deverá priorizar a redução do consumo de energia elétrica e de recursos naturais, incentivando práticas sustentáveis na operação da infraestrutura de TIC, em conformidade com a IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, sobre contratações sustentáveis na Administração Pública.*

4.10.5. As comunicações, relatórios, registros de chamados técnicos e demais artefatos relacionados à execução do contrato deverão ser realizados preferencialmente de forma eletrônica, evitando o consumo de papel e insumos físicos desnecessários.

4.10.6. As ações descritas deverão respeitar também os parâmetros culturais e institucionais das unidades militares envolvidas, preservando a integridade das instalações e evitando intervenções inadequadas nas áreas estruturais, históricas ou de natureza operacional.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.11. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.12. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.13. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.13.1. escopo técnico da solução;

4.13.2. fases de implementação;

4.13.3. definição de responsabilidades;

4.13.4. estimativa de recursos;

4.13.5. matriz de riscos operacionais e mitigação;e

4.13.6. cronograma de execução com marcos e pontos de controle.

4.14. A implementação deverá ser realizada com mínima interrupção das atividades operacionais da BABV, garantindo continuidade dos serviços essenciais às operações militares e administrativas.

4.15. A Contratada deverá produzir documentação técnica contendo:

4.15.1. identificação dos ativos da solução;

4.15.2. desenho da arquitetura lógica e física da rede;

4.15.3. posicionamento dos equipamentos e conexões;

4.15.4. integração com a rede local (LAN) e demais sistemas existentes;e

4.15.5. topologia de rede e informações de endereçamento IP (quando aplicável).

4.16. A homologação da solução somente será concluída após apresentação de relatório técnico final, contendo medições de desempenho, avaliações de estabilidade e confirmação de aderência aos requisitos do Termo de Referência.

Requisitos de Implantação

4.17. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.17.1. instalação física dos equipamentos (antenas, roteadores, cabos, fontes e acessórios);

4.17.2. configuração técnica inicial e ativação dos serviços;

4.17.3. *integração com a infraestrutura de rede da BABV;*e

4.17.4 *validação operacional do link com emissão de relatório técnico.*

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.18. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

Requisitos de Experiência Profissional

4.19. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.20. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.21. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.22. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.23. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 12 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

4.24. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.25. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.25.1. Segurança Física e do Ambiente:

4.25.1.1. A contratada deverá garantir o sigilo e a inviolabilidade dos dados trafegados em sua rede, conforme a LGDP;

*4.25.1.2. A implementação dos controles de segurança e proteção contra ameaças físicas e ambientais trará mais do que uma proteção para a informação. Estes controles contribuem para a proteção dos ativos que representam valor para a organização, exigindo atenção e dedicação da administração com os cuidados com a segurança de equipamentos que contém esses ativos de informação, instalados em locais definidos como áreas seguras;*e

4.25.1.3. A segurança de equipamentos deverá contemplar os processos de instalação e proteção, as manutenções (preditivas, preventivas e corretivas), a segurança dos cabamentos e, também, a política de segurança de equipamentos utilizados em trabalho remoto, ou seja, fora das dependências da organização, além de dispositivos móveis.

4.25.2 Controles de Acesso:

4.25.2.1. Todas as organizações do COMAER devem considerar os controles de acesso lógico e físico utilizando, no mínimo, das orientações da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013 - Código de prática para controles de Segurança da Informação;

4.25.2.2. O controle de acesso, na Segurança da Informação, é composto dos processos de autenticação, autorização e auditoria. Nesse contexto, o controle de acesso pode ser entendido como a habilidade de permitir ou negar a utilização de um objeto (uma entidade passiva, como um sistema ou arquivo) por um sujeito (uma entidade ativa, como um indivíduo ou um processo). A autenticação

*confirma a identidade do usuário (pessoa ou outro sistema) que acessa o sistema, a autorização determina o que um usuário autenticado pode executar e a auditoria diz o que o usuário fez;*e

4.25.2.3. As políticas de controle de acesso deverão ser orientadas pelos princípios da necessidade de conhecer e da necessidade de uso, logo, para acessar a informação ou os recursos de processamento de informação (equipamentos de TI, aplicações, procedimentos, salas etc.) o usuário somente deverá ter acesso às informações necessárias para o desempenho específico das suas tarefas ou funções.

Vistoria

4.26. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 9h às 15h horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente na Base Aérea de Boa Vista, no Esquadrão de Tecnologia da Informação e Comunicações, pelo e-mail etic.babv@fab.mil.br.

4.27. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.28. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.29. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.30. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Sustentabilidade

4.31. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.31.1. A contratada deverá adotar práticas de consumo consciente de energia elétrica e recursos naturais, priorizando tecnologias com eficiência energética comprovada, preferencialmente com certificação ENERGY STAR® ou equivalente reconhecido nacional ou internacionalmente;

4.31.2. A contratada deverá recolher e dar a correta destinação final a todos os resíduos, equipamentos ou componentes inservíveis ou substituídos durante a execução contratual, conforme os princípios da logística reversa e responsabilidade compartilhada, nos termos da Lei nº 12.305/2010;

4.31.3. Sempre que solicitado, a contratada deverá apresentar declaração formal de destinação ambientalmente adequada de resíduos ou equipamentos, contendo informações sobre coleta, reciclagem, reuso ou descarte final autorizado;

4.31.4. Chamados técnicos, relatórios e artefatos gerados durante a vigência do contrato deverão ser realizados preferencialmente por meios eletrônicos, evitando-se a impressão de documentos físicos, em conformidade com os princípios da sustentabilidade e governança digital;

4.31.5. Em intervenções físicas no ambiente da BABV, a contratada deverá respeitar integralmente as normas de descarte ambiental, segurança operacional e proteção estrutural das instalações, vedada qualquer alteração indevida em áreas de relevância operacional ou militar.

Indicação de marcas ou modelos

4.32. Não se aplica ao objeto do contrato a Indicação de marcas ou modelos (Inciso I do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021).

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.33. Não serão aceitas marcas sem homologação da ANATEL ou sem certificações de segurança à saúde emitidas pela IEC/ABNT.

Da exigência de carta de solidariedade

4.34. Não será exigida carta de solidariedade, uma vez que não há comprovação técnica de necessidade dessa exigência nos Estudos Técnicos Preliminares

Subcontratação

4.35. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da exigência de amostra

4.36. Não será exigida a apresentação de amostra, uma vez que a natureza do objeto — prestação de serviço continuado de telecomunicações com fornecimento de equipamentos em comodato — não demanda demonstração física prévia para validação técnica, podendo todas as especificações serem comprovadas por meio de documentação técnica, catálogos, certificados e declarações exigidas no processo licitatório, conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar.

Garantia da contratação

4.37. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Informações relevantes para o [dimensionamento E/OU apresentação] da proposta

4.38. A demanda do órgão tem como base as características constantes no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1. *indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;*
- 5.2.2. *atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;*
- 5.2.3. *reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;*
- 5.2.4. *propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;*
- 5.2.5. *manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;*
- 5.2.6. *quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;*
- 5.2.7. *quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;*
- 5.2.8. *ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;*
- 5.2.9. *fazer a transição contratual, quando for o caso.*

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

- 5.3.1. *efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;*
- 5.3.2. *conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;*
- 5.3.3. *definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:*
- 5.3.4. *as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e*
- 5.3.5. *definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;*
- 5.3.6. *definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:*
- 5.3.7. *a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;*
- 5.3.8. *as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e*
- 5.3.9. *as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.*

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. *Início da execução do objeto: O contrato entrará em vigor após a assinatura e emissão da Ordem de Serviço, sendo o prazo para instalação e ativação do serviço de até 30 (trinta) dias corridos, conforme os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.*

6.1.2. *Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:*

6.1.2.1. *instalação dos equipamentos em comodato;*

6.1.2.2. *ativação integral do link dedicado via satélite;*

6.1.2.3. *registro técnico da instalação e aceite da Contratante;*

6.1.2.4. *manutenção corretiva e preventiva durante a vigência;e*

6.1.2.5. *atendimento técnico 24x7 por meios eletrônicos e telefônicos.*

6.1.3. *Cronograma de realização dos serviços: seguirá os prazos estabelecidos nas Ordens de Serviço, podendo ser detalhado em cronograma executivo apresentado pelo Contratado, se solicitado pela Contratante;*

Local e horário da prestação dos serviços

6.2. Os serviços deverão ser prestados de forma ágil, com atendimento das demandas, conforme agendamento, dentro do horário de expediente de 8h às 16h, por meio de contato direto com a contratada (telefone/e-mail), na BABV, através do Esquadrão de Tecnologia da Informação e Comunicações - ETIC, localizado na Rua Valdemar Bastos de Oliveira, nº 2990, Bairro Aeroporto, CEP: 69.310-108 - Boa Vista-RR.

Rotinas a serem cumpridas

6.3. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

6.3.1. *monitoramento contínuo da conexão;*

6.3.1. *atendimento técnico conforme SLA estabelecido no item 5;e*

6.3.1. *emissão de relatórios técnicos quando solicitado pela Contratante.*

Materiais a serem disponibilizados

6.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá fornecer, em regime de comodato, todos os materiais e equipamentos necessários.

6.5. Os materiais deverão ser homologados pela ANATEL e substituídos quando houver falha ou obsolescência que comprometa o desempenho.

6.6. É vedada a cobrança de qualquer custo adicional relacionado à instalação, manutenção ou substituição.

6.7. Todo material deverá estar identificado e inventariado para fins de gestão contábil e patrimonial.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.8. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.8.1. *largura de banda mínima de 1 Gbps, simétrica e dedicada;*

6.8.2. *mínimo de 4 (quatro) endereços IP públicos válidos;*

6.8.3. *infraestrutura necessária fornecida em regime de comodato; e*

6.8.4. *suporte técnico com atendimento 24x7.*

Formas de transferência de conhecimento

6.9. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.10. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.11. Não se aplica ao objeto contratual.

Mecanismos formais de comunicação

6.12. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

I) Ordem de Serviço;

II) Ata de Reunião;

III) Ofício;

IV) Sistema de abertura de chamados;

V) E-mails e Cartas;

VI) A empresa deverá fornecer junto ao procedimento de entrega das instalações os contatos disponíveis da empresa contratada para acesso ao serviço de atendimento e suporte técnico.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.13. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.14. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência contratual, podendo o atendimento ser remoto, desde que assegurado o pronto acionamento e resposta conforme os prazos estabelecidos no SLA.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.10.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

7.18.1. Verificar periodicamente a disponibilidade do link de comunicação via satélite, com base nos parâmetros de SLA e indicadores técnicos definidos neste Termo de Referência;

7.18.2. Registrar e acompanhar todas as ocorrências relacionadas à qualidade do serviço, desempenho da conexão, perda de sinal ou qualquer degradação de performance, com emissão de notificação formal à Contratada quando necessário;

7.18.3. Acompanhar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos fornecidos em comodato, bem como a substituição, quando aplicável, observando os prazos definidos para resposta e solução, conforme os prazos contratuais;

7.18.4. Registrar a conformidade dos serviços prestados conforme os resultados aferidos pela ferramenta de monitoramento e pelos indicadores definidos no objeto da contratação.

7.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.20. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.22. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.22.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.22.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.22.8. receber e dar encaminhamento imediato:

7.22.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.22.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto neste Termo de Referência.

IAP – ÍNDICE DE ATENDIMENTO NO PRAZO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Verificar o cumprimento dos prazos de atendimento e solução das demandas registradas por Ordem de Serviço (OS), conforme os prazos estabelecidos no SLA.
Meta a cumprir	IAP igual ou superior a 90%.
Instrumento de medição	Aferição por meio de ferramenta de monitoramento e registros do sistema de chamados, com eventual verificação amostral pelos fiscais do contrato.
Forma de acompanhamento	O cálculo será realizado mensalmente pelos fiscais do contrato, com base no quantitativo de chamados solucionados no prazo em comparação com o total de chamados encerrados.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>$IAP = 100 * (\Sigma Q_{tap} / \Sigma Q_{tr})$</p> <p>Onde:</p> <p><i>IAP = Indicador de atendimento aos prazos do serviço;</i></p> <p><i>ΣQ_{tap} = Somatório do quantitativo atendido no prazo máximo estabelecido no TR com previsão de encerramento para o período de referência;</i></p> <p><i>ΣQ_{tr} = Somatório do quantitativo total registrado com previsão de encerramento para o período de referência.</i></p>
	Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.

Observações	<p><i>Obs2: Dias de expediente parcial da Administração serão computados normalmente.</i></p> <p><i>Obs3: O acompanhamento se iniciará a partir da emissão da primeira OS.</i></p> <p><i>Obs4: O registro das ocorrências e prazos deverá ser feito em sistema informatizado ou ferramenta de monitoramento disponibilizada pela Contratada.</i></p>
Início de Vigência	<i>A partir da emissão da OS.</i>
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p><i>IAP >= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.</i></p> <p><i>IAP >= 80% e < 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</i></p> <p><i>IAP >= 70% e < 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</i></p> <p><i>IAP < 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</i></p>

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.2.1. não produziu os resultados acordados,

8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

8.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

8.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

8.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.22. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.22.1. Verificação da disponibilidade mensal do link satelital, com base nos percentuais mínimos pactuados no SLA e nos registros da ferramenta de monitoramento;

8.22.2. Teste de qualidade da conexão por meio de aferição de latência, estabilidade do sinal e perda de pacotes, considerando os parâmetros mínimos definidos neste Termo de Referência;

8.22.3. *Avaliação do funcionamento dos equipamentos fornecidos em comodato, incluindo antenas, modem, cabos, fontes e demais itens essenciais à conectividade, verificando-se integridade, funcionamento e conformidade com as normas da ANATEL;*

8.22.4. *Conferência dos prazos de atendimento às ocorrências registradas (SLA), com base nos chamados encerrados no período de referência e no Índice de Atendimento no Prazo (IAP);*

8.22.5. *Análise dos relatórios técnicos mensais emitidos pela Contratada, contendo os registros de monitoramento do serviço e as ocorrências tratadas no período.*

Liquidação

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.28.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.39. Não será admitida antecipação de pagamento para esse contrato.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

8.48. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.48.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo;

8.48.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020;

8.48.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração;e

8.56.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.57. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar esclarecimentos técnicos ou administrativos solicitados pela Contratante no prazo máximo de 6 (seis) horas úteis, salvo casos de complexidade técnica justificável (prazo máximo de 24 horas úteis).	Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal do contrato por dia útil de atraso, até o limite de 05 dias úteis.
		Após esse prazo, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor mensal do contrato.
		IAP >= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.

2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAP (Índice de Atendimento no Prazo), conforme definido neste Termo de Referência	IAP \geq 80% e $<$ 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP \geq 70% e $<$ 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP $<$ 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
3	Interrupção do serviço sem comunicação prévia à Contratante ou sem justificativa técnica comprovada por meio de relatório.	Multa de 3% (três por cento) do valor mensal do contrato por evento registrado.
4	Não disponibilizar ou manter operacionalidade dos canais de suporte técnico 24x7 (telefone, e-mail, sistema de chamados ou aplicativo).	Multa de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato por dia de descumprimento.
N	Descumprimento de qualquer outra obrigação contratual não prevista expressamente nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou prejuízo operacional comprovado, multa de 1% (um por cento) do valor mensal do contrato, podendo ser instaurado processo de responsabilização conforme arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. *Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;*

9.4.3. *Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.*

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. *A sanção prevista no inciso II do caput do Art. 156 da Lei nº 14.133 calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,05% (cinco centésimos por cento) nem superior a 2% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações.*

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. *Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.*

9.10.2. *Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.*

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1. *a natureza e a gravidade da infração cometida;*

9.11.2. *as peculiaridades do caso concreto;*

9.11.3. *as circunstâncias agravantes ou atenuantes;*

9.11.4. *os danos que dela provierem para o Contratante; e*

9.11.5. *a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.*

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar

confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

10.2. O regime de execução do contrato será por prestação de serviços continuados, com pagamento mensal, conforme medições e indicadores de desempenho estabelecidos neste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A5]

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A11] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

10.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo** de até 10% do **valor total estimado da contratação para o período de doze meses**.

10.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

10.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

10.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.32. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

10.32.1. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

10.33. Prova de atendimento aos requisitos técnicos previstos na Lei nº 5.194/1966, na Resolução CONFEA nº 1.073/2016, e na Resolução ANATEL nº 749/2022, comprovando que a empresa possui autorização para prestação de serviços de telecomunicações e que o responsável técnico possui atribuição legal para execução e acompanhamento das atividades relacionadas ao fornecimento, instalação, gerenciamento e manutenção do link dedicado de fibra óptica.

Qualificação Técnico

10.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.34.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

10.34.1.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

10.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.36. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.37. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.38. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.39. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.40. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

10.41. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.42. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.43. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.44. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.45. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

10.46. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.46.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.46.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.46.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.46.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.46.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.46.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.46.6.1. ata de fundação;

10.46.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.46.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.46.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.46.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.46.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.46.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde o valor máximo aceitável, é de R\$ 67.836,42 (sessenta e sete mil, oitocentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos) conforme custos unitários e quantitativos definidos no Anexo A DFD, considerando a composição da solução de TIC descrita neste Termo de Referência e nos Estudos Técnicos Preliminares.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 120673;
- II) Fonte de Recursos: 1000000000;
- III) Programa de Trabalho: 214537;
- IV) Elemento de Despesa: 339039;
- V) Plano Interno: A0000410000;

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLOS EDUARDO PEREIRA DE BRITO

Comandante do ETIC

RICHARD JULIAO ALVES

Agente de Controle Interno

JOZAFAR DA PAIXAO OLIVEIRA JUNIOR

Autoridade competente



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TERMO DE REFERÊNCIA
Data/Hora de Criação:	22/01/2026 14:01:43
Páginas do Documento:	30
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	31
Hash MD5:	ff2801b9460ca892bfc83118445e43d4
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten CARLOS EDUARDO PEREIRA DE BRITO no dia 22/01/2026 às 10:03:53 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap RICHARD JULIÃO ALVES no dia 02/02/2026 às 09:36:27 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major JOZAFAR DA PAIXÃO OLIVEIRA JUNIOR no dia 02/02/2026 às 14:47:33 no horário oficial de Brasília.

ANEXO A - Internet Link Dedicado

Contratação de empresa especializada em serviço contínuo de acesso à internet por meio de link dedicado em fibra óptica 12FO, com largura de banda de 1 Gbps (Gigabit por segundo) simétrico e dedicado, incluindo o fornecimento de equipamentos em regime de comodato, visando atender às necessidades da GUARNAE-BV, bem como das Organizações Militares subordinadas e apoiadas.							
Nº	CATSER	Descrição	UNIDADE	Qtd Mensal	Qtd Anual	Val. Unit. (R\$)	Val. Total (R\$)
1	26506	Contratação de empresa especializada em serviço contínuo de acesso à internet por meio de link dedicado em fibra óptica 12FO, com largura de banda de 1 Gbps (Gigabit por segundo), simétrico e dedicado, por meio de pessoa jurídica comercial, visando à conectividade estável e de alta performance da GUARNAE-BV e das Organizações Militares subordinadas e apoiadas. O serviço deverá oferecer internet ilimitada (sem franquia de dados), com custo fixo mensal, independentemente do volume de dados trafegado, sem limitação quanto ao número de dispositivos conectados simultaneamente. Deverá incluir fornecimento, instalação, configuração e suporte técnico permanente (24x7) dos equipamentos necessários à operação do link, em regime de comodato, compreendendo roteadores, conversores ópticos, módulos de conexão, cabos e acessórios, conforme demanda da GUARNAE-BV. A contratada será responsável pela implantação da infraestrutura de fibra óptica, bem como pela manutenção preventiva e corretiva durante toda a vigência do contrato. Em caso de atualização técnica dos equipamentos ou da tecnologia utilizada, a contratada deverá realizar as substituições e adequações necessárias ao upgrade do serviço, sem custos adicionais à Administração.	UNIDADE	01	12	R\$ 5.653,0350	R\$ 67.836,42
TOTAL							R\$ 67.836,42



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ANEXO DFD
Data/Hora de Criação:	01/12/2025 14:26:36
Páginas do Documento:	1
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	2
Hash MD5:	5567dc3c3c7d85c20c6780452c805037
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten CARLOS EDUARDO PEREIRA DE BRITO no dia 01/12/2025 às 10:30:05 no horário oficial de Brasília.

BASE AÉREA DE BOAVISTA

Estudo Técnico Preliminar 65/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 67291.004812/2025-33

2. Objeto da Contratação

Contratação de empresa especializada em serviço contínuo de acesso à internet por meio de link dedicado em fibra óptica 12FO, com largura de banda de 1 Gbps (Gigabit por segundo) simétrico e dedicado, incluindo o fornecimento de equipamentos em regime de comodato, visando atender às necessidades da GUARNAE-BV, bem como das Organizações Militares subordinadas e apoiadas, conforme as condições, especificações técnicas e estimativas estabelecidas no presente estudo.

3. Descrição da necessidade

A gestão dos recursos públicos deve estar fundamentada nos princípios modernos da administração pública, priorizando a obtenção de melhores resultados com a otimização dos recursos disponíveis. Nesse contexto, observa-se a transição de uma gestão voltada exclusivamente para os insumos para uma gestão orientada por resultados concretos e mensuráveis.

A Constituição Federal atribui às Forças Armadas a responsabilidade pela defesa da Pátria, garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Dessa premissa deriva a missão institucional do Comando da Aeronáutica (COMAER). Como função subsidiária, compete à Aeronáutica cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, conforme diretrizes emanadas pelo Presidente da República. Dessa forma, sua missão síntese consiste em manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da pátria.

O Esquadrão de Tecnologia da Informação e Comunicações da Base Aérea de Boa Vista (BABV) é o setor responsável pela provisão, gestão e manutenção dos serviços de conectividade de internet no âmbito desta Organização Militar (OM), bem como para as OM apoiadas. Esse suporte é essencial para assegurar o fluxo contínuo de informações e a comunicação eficiente entre os diversos setores e unidades da Força Aérea Brasileira (FAB).

A contratação de serviço contínuo de internet dedicada de alta velocidade é imprescindível para o cumprimento da missão institucional da FAB. Esses serviços viabilizam a comunicação ágil e segura entre Organizações Militares, promovem a economia de recursos com deslocamentos e transporte, e asseguram maior celeridade na obtenção e transmissão de dados e informações estratégicas.

A presente contratação justifica-se pela inexistência de contrato vigente que contemple, de forma abrangente, todas as localidades que integram a Base Aérea de Boa Vista (BABV) e suas Organizações Militares apoiadas, tais como o HTO, HTS, GSAU e o programa PROFESP. Essas localidades são de grande relevância institucional, pois recebem regularmente autoridades e oficiais-generais da Força Aérea Brasileira e de outras Forças Armadas, sendo, portanto, imprescindível a disponibilidade de serviços de conectividade confiáveis e de alta performance para o adequado suporte às atividades operacionais e administrativas.

Adicionalmente, a BABV atualmente não dispõe de um link de internet redundante, o que acarreta vulnerabilidades significativas em relação à continuidade dos serviços de rede. A ausência dessa infraestrutura de contingência implica riscos operacionais elevados, especialmente considerando que diversas atividades críticas da Organização dependem de conectividade estável para o funcionamento de sistemas, comunicação com serviços externos, acesso a plataformas em nuvem e transferência segura de dados sensíveis.

Nos últimos meses, foram registradas diversas ocorrências de instabilidade no serviço de internet em uso, caracterizadas por lentidão, quedas de conexão e interrupções frequentes. Tais falhas impactam diretamente a produtividade dos setores, atrasam o andamento de processos internos e podem comprometer o cumprimento de prazos estabelecidos por órgãos superiores, afetando negativamente a eficiência institucional da Força Aérea.

Diante desse cenário, a contratação de um link dedicado de 1 Gbps apresenta-se como uma solução necessária e estratégica, oferecendo os seguintes benefícios:

- Estabilidade e alta disponibilidade: o serviço dedicado garante banda exclusiva para a BABV, reduzindo oscilações e gargalos de tráfego.
- Desempenho compatível com as demandas atuais e futuras: a largura de banda contratada é suficiente para suportar aplicações críticas, comunicação em tempo real e tráfego de dados de alta intensidade.
- Mitigação de riscos operacionais: a infraestrutura robusta proporcionada pelo link dedicado minimiza a vulnerabilidade a falhas e indisponibilidades, aumentando a confiabilidade das operações.
- Suporte ao crescimento e à inovação: a contratação contribuirá para a modernização da infraestrutura de TI, possibilitando a implementação de novos projetos e a adoção de tecnologias mais avançadas.

Dessa forma, a aquisição do link dedicado de 1 Gbps, com fornecimento de equipamentos em comodato, é fundamental para assegurar a continuidade dos serviços, melhorar a performance das atividades operacionais e garantir a disponibilidade das comunicações da Base Aérea de Boa Vista e das Organizações Militares por ela apoiadas.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Esquadrão de Tecnologia da Informação e Comunicações (ETIC)	Ten Carlos Eduardo Pereira de Brito - Comandante do ETIC

5. Necessidades de Negócio

5.1 Requisitos Técnicos e Operacionais da Contratação

A CONTRATADA deverá observar os seguintes requisitos técnicos e operacionais mínimos para prestação do serviço:

- 5.1.1 Suporte Técnico: a CONTRATADA deverá fornecer, no momento da entrega das instalações, os contatos atualizados para acesso ao serviço de suporte técnico, incluindo telefone, e-mail, chat e/ou aplicativo, com atendimento ininterrupto (24x7).
- 5.1.2 Instalação do Serviço: o serviço de acesso à internet deverá ser prestado por meio de link dedicado via fibra óptica 12FO, com largura de banda de 1 Gbps, simétrica e dedicada, e fornecimento de no mínimo 4 (quatro) endereços IP públicos válidos. A instalação deverá estar em conformidade com as normas da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), podendo ser empregadas outras tecnologias reconhecidas nacional ou internacionalmente.
- 5.1.3 Parâmetros Técnicos Mínimos: o link de dados deverá apresentar os parâmetros mínimos seguintes.
 - SLA (Acordo de Nível de Serviço) com tempo de resposta máximo de 03 (três) horas para início do atendimento a falhas críticas;
 - Garantia mínima de disponibilidade de banda de 98%, medida mensalmente.
- 5.1.4 Infraestrutura em Comodato: deverá ser fornecida a infraestrutura de fibra óptica 12FO, bem como todos os equipamentos ativos e passivos necessários para a conexão, em regime de comodato, durante toda a vigência do contrato.
- 5.1.5 Ativação do Serviço: a configuração inicial e a ativação completa dos equipamentos necessários à operação do link deverão ser realizadas no ato da entrega do serviço, com registro documental da operação.

5.1.6 Equipamentos Inclusos: todos os equipamentos, cabos, conectores, fontes, racks, e acessórios indispensáveis ao funcionamento do link deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

5.1.7 Custos de Instalação e Manutenção: todos os custos relacionados ao transporte, entrega, instalação, manutenção preventiva e corretiva dos ativos fornecidos serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

5.1.8 Homologação pela ANATEL: a CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, os certificados de homologação expedidos pela ANATEL para todos os equipamentos e tecnologias utilizadas na prestação do serviço.

5.1.9 Segurança e Confidencialidade: a CONTRATADA deverá garantir a segurança, sigilo e inviolabilidade dos dados trafegados, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). As partes comprometem-se a manter confidencialidade sobre todas as informações, dados e sistemas acessados durante a execução do contrato.

5.1.10 Compatibilidade Tecnológica: os circuitos de rede fornecidos deverão ser compatíveis com os principais protocolos utilizados na internet, suportando, no mínimo: IP, TCP, UDP, HTTP, HTTPS, TELNET, FTP, SMTP, IMAP, POP3, SNMP, SSH, VPN, ICMP, além de outros protocolos baseados em TCP/IP que venham a ser requeridos pelo CONTRATANTE.

5.1.11 Atendimento Técnico Ininterrupto: a CONTRATADA deverá oferecer atendimento técnico 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana) por telefone e canais digitais (chat, e-mail, aplicativo). Será também responsável pela manutenção integral dos ativos fornecidos, garantindo a estabilidade e o desempenho do link dedicado.

5.1.12 Notificação Proativa de Falhas: a CONTRATADA deverá notificar proativamente o CONTRATANTE em caso de qualquer falha ou interrupção nos serviços, indicando as causas, medidas corretivas adotadas, protocolo de atendimento e estimativa de tempo para normalização.

5.1.13 Ferramenta de Monitoramento: deverá ser fornecida ferramenta de monitoramento em tempo real da qualidade da conexão, acessível ao CONTRATANTE, permitindo o acompanhamento de disponibilidade, latência, perda de pacotes e outros indicadores de desempenho.

5.1.14 Reposição de Equipamentos: em caso de falha ou dano em qualquer equipamento fornecido, a CONTRATADA deverá realizar a substituição ou reparo em até 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação formal feita pelo representante do CONTRATANTE, sem custos adicionais.

5.1.15 Prazos para Correção de Falhas

Os seguintes prazos máximos deverão ser observados pela CONTRATADA para correção de falhas, contados a partir da notificação formal:

- 03 (três) horas: para falhas com indisponibilidade total do serviço;
- 24 (vinte e quatro) horas: para falhas com degradação de desempenho;
- 48 (quarenta e oito) horas: para falhas sem impacto direto na continuidade do serviço.

5.1.16 Compensação por Indisponibilidade: ocorrendo indisponibilidade total do serviço, o CONTRATANTE terá direito à compensação proporcional, mediante abatimento na mensalidade, ressarcimento ou outro mecanismo equivalente, conforme acordado contratualmente.

5.1.17 Restabelecimento de Serviço Crítico: em caso de falhas críticas ou indisponibilidade significativa, o serviço deverá ser plenamente restabelecido em até 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação formal do CONTRATANTE. O descumprimento deste prazo poderá implicar aplicação de penalidades e descontos proporcionais ao tempo de inoperância na fatura mensal.

6. Necessidades Tecnológicas

Identificação das necessidades tecnológicas da BABV conforme Anexo A.

7. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

7.1 Requisitos Legais:

- Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que visa promover a gestão sustentável dos resíduos sólidos, estabelecendo diretrizes para a redução, reutilização e reciclagem
- Lei 13.709, de 14 agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, que regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.
- Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.
- Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, que regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, que estabelece diretrizes para a contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

7.2 Requisitos da Arquitetura Tecnológica

- Requisitos tecnológicos da solução de TIC. Os itens que compõem esse serviço são: fornecimento, instalação, configuração, reparação e transporte dos equipamentos;
- Fornecimento e reparação de consumíveis e componentes;
- Capacitação da equipe de suporte da BABV no uso da solução de gestão e na operação do serviço de internet;
- Disponibilizar sistema para abertura de chamados. A empresa deverá fornecer junto ao procedimento de entrega das instalações os contatos disponíveis da empresa contratada para acesso ao serviço de atendimento e suporte técnico;
- Especificação técnica para todos os equipamentos (equipamentos de rede, infraestrutura de fibra óptica e etc.);

7.3 Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

- Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções preventiva/corretivas pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;
- O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

7.2 Requisitos de Sustentabilidade:

- A contratada deverá fornecer carta ou declaração de responsabilidade compartilhada do fabricante, para o distribuidor e/ou revendedor dos equipamentos ofertados ao certame, responsabilizando-se, juntamente, pela logística reversa, coleta, reciclagem e correta destinação dos resíduos durante o período contratual, conforme Art. 3º Parágrafo I, XVIII e Seção II – Da Responsabilidade Compartilhada Art. 30 da Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010.

7.3 Requisitos Temporais:

- A entrega e instalação deverão ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de serviço.
- Os bens serão entregues e instalados, às expensas do particular, em dias úteis, no horário de 08h às 16h, horário local.

8. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

Considera-se a necessidade de contratação de 1 (um) link de internet via satélite, com capacidade de fornecimento de, no mínimo, 4 (quatro) endereços IP públicos. Esses recursos deverão ser disponibilizados e devidamente distribuídos nas instalações da Base Aérea de Boa Vista (BABV), conforme as necessidades operacionais locais. O serviço deverá observar integralmente os padrões de transmissão de sinais de comunicação estabelecidos para o território nacional, atendendo às normas técnicas e regulatórias vigentes. Em caso de eventual divergência entre os requisitos especificados e as normas aplicáveis, deverá prevalecer a norma técnica correspondente, desde que não conflite com as diretrizes da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

9. Levantamento de soluções

Dentre as tecnologias consideradas viáveis, optou-se por incluir neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) aquelas que atendem às demandas de conectividade e comunicação via internet da Base Aérea de Boa Vista (BABV). Foram selecionadas duas principais alternativas disponíveis no mercado: Internet via Link Dedicado e Internet via Rádio.

9.1 Link de Internet Dedicado

Um link de internet dedicado é uma conexão exclusiva entre o cliente (empresa, instituição ou órgão) e o provedor de internet, projetada para oferecer alta performance, estabilidade e disponibilidade. Ao contrário da internet residencial ou compartilhada, onde vários usuários dividem a mesma infraestrutura, no link dedicado o cliente tem acesso exclusivo à banda contratada, sem variações de velocidade conforme uso da rede. O funcionamento envolve os seguintes pontos:

- Infraestrutura exclusiva: uma conexão dedicada é estabelecida geralmente via fibra óptica, e a infraestrutura é montada diretamente entre o provedor e o cliente.
- Monitoramento e suporte contínuos: o link é monitorado em tempo real, com suporte técnico prioritário e respostas rápidas em caso de falhas.
- Garantia de desempenho: o provedor assegura, por contrato, que a banda contratada estará sempre disponível (por exemplo, 99,9% de disponibilidade no mês).
- Roteadores e IPs fixos: são normalmente atribuídos endereços IP fixos e equipamentos de alto desempenho, que ajudam em configurações como VPNs, servidores internos, acesso remoto etc.

É uma solução de conectividade premium, voltada para quem não pode correr riscos com falhas, lentidão ou instabilidade. O investimento é mais alto, mas garante performance, segurança e suporte, sendo ideal para ambientes corporativos ou críticos.

9.2 Internet via Rádio

A internet via rádio é uma tecnologia de acesso à internet que utiliza ondas de rádio para transmitir dados entre a antena de um provedor e o ponto de recepção instalado no local do cliente. Utilizando de uma torre de transmissão (base do provedor) com antenas transmissoras em pontos elevados (prédios, morros etc). Essas torres recebem o sinal de internet por ondas de rádio. Na empresa ou organização, o cliente precisa de uma antena externa (receptor) instalada em local com linha de visão direta para a torre. Essa antena recebe o sinal da torre e o transmite para um roteador, via cabo, dentro do imóvel.

O tópico a seguir apresenta uma análise comparativa entre essas duas soluções, com o objetivo de subsidiar a escolha da opção mais adequada às necessidades da BABV.

10. Análise comparativa de soluções

A escolha entre Internet via Link Dedicado e Internet via Rádio para a Base Aérea de Boa Vista (BABV) envolve diversas variáveis técnicas, operacionais e econômicas. Para entender melhor as opções, segue abaixo uma análise comparativa entre essas duas soluções, levando em consideração pontos principais como velocidade, confiabilidade, custo, escalabilidade, e complexidade de implementação.

COMPARAÇÃO TÉCNICA	SOLUÇÃO 1: INTERNET VIA LINK DEDICADO	SOLUÇÃO 2: INTERNET VIA RÁDIO
VANTAGENS	Alta confiabilidade: a conexão é dedicada, o que significa que a performance não é afetada por picos de uso de outros clientes.	Instalação rápida e flexível: a instalação não depende de cabos e pode ser realizada em áreas remotas ou de difícil acesso, o que é vantajoso em locais como Boa Vista-RR.
	Velocidade consistente: a velocidade contratada é garantida, o que torna essa solução ideal para aplicações críticas e serviços que exigem alta performance.	Custo menor: em muitas situações, os custos de implementação e manutenção são menores em comparação com o link dedicado, especialmente em áreas sem infraestrutura de fibra.
	Segurança: geralmente, a segurança da conexão é mais robusta devido à exclusividade do link.	Resiliência em áreas de difícil acesso: a solução pode ser mais eficaz em locais onde o cabeamento físico é inviável, com um bom alcance e conectividade.
	Baixa latência: é ideal para serviços que exigem baixa latência, como videoconferências, VoIP, e outras aplicações em tempo real.	Escalabilidade e expansão: em muitas implementações de rádio, aumentar a capacidade da rede pode ser mais rápido e simples do que em um link dedicado.
DESVANTAGENS	Custo: normalmente, o link dedicado é mais caro, especialmente em regiões como Boa Vista, onde a infraestrutura pode ser mais limitada.	Interferência: as condições climáticas, como chuva forte ou ventos, podem afetar a qualidade do sinal, causando perda de pacotes ou diminuição da velocidade.
	Disponibilidade: a disponibilidade de infraestrutura (fibra ótica, cabo, etc.) pode ser um fator limitante, o que pode aumentar os custos de instalação.	Segurança: embora a segurança possa ser melhorada com criptografia, as conexões via rádio podem ser mais vulneráveis a interceptações do que as conexões físicas.
	Escalabilidade: embora o link dedicado ofereça boas velocidades, aumentar a capacidade pode ser demorado e caro.	Limitação de largura de banda: apesar de haver alternativas de rádio com boas capacidades de transmissão, elas podem não atingir as mesmas velocidades ou consistência de um link dedicado.
	Dependência de infraestrutura física: a conexão depende de cabos, o que pode ser problemático em áreas com infraestrutura limitada ou danificável.	Latência: pode ser maior em comparação com o link dedicado, o que pode impactar certas aplicações em tempo real.

CASOS DE USO IDEAL	Operações críticas: onde a comunicação constante e de alta qualidade é essencial (ex.: operações militares, videoconferências de alta definição, e comunicação de dados sensíveis). Ambientes com alta demanda: onde uma conexão rápida e sem interrupções é necessária para diversos dispositivos simultaneamente.	Áreas remotas: onde a instalação de cabos é impraticável ou muito cara. Provedor de conectividade de emergência: como solução temporária ou secundária para garantir conectividade quando outras opções falham.
VELOCIDADE	Alta e consistente, conforme contrato.	Pode ser variável, dependendo das condições climáticas e interferências.
LATÊNCIA	Baixa, ideal para aplicações em tempo real.	Pode ser mais alta, dependendo da distância e das condições.
CUSTO	Mais alto, especialmente em regiões remotas.	Geralmente mais acessível, mas depende da distância e infraestrutura.
CONFIABILIDADE	Alta, com menos chances de quedas.	Menos confiável, com risco de interrupções por intempéries.
SEGURANÇA	Mais segura devido à linha dedicada.	Pode ser menos segura, especialmente sem criptografia adequada.
ESCALABILIDADE	Limitada, precisa de novos contratos e infraestrutura.	Mais fácil de expandir, sem necessidade de infraestrutura física complexa.
IMPLEMENTAÇÃO	Exige mais tempo e infraestrutura local.	Rápida, sem necessidade de cabos.
RESILIÊNCIA A CLIMA	Alta, devido à infraestrutura física.	Baixa, pode ser afetada por chuvas e tempestades.
MANUTENÇÃO	Requer manutenção da infraestrutura de cabos.	Menos manutenção, mas dependente da antena e equipamentos de rádio.

10.1 Análise técnica entre as soluções:

Do ponto de vista técnico, ao comparar as soluções de Internet via Link Dedicado e Internet via Rádio, observa-se que o Link Dedicado se mostra mais vantajoso para atender às demandas da Base Aérea de Boa Vista (BABV), especialmente no que diz respeito à alta performance e segurança operacional. O Link Dedicado oferece uma conexão exclusiva, com largura de banda garantida, baixa latência e estabilidade de sinal, fatores essenciais para aplicações críticas, como sistemas de comunicação militar, videoconferências estratégicas e transmissão segura de dados.

Além disso, por utilizar infraestrutura física dedicada, proporciona maior proteção contra interferências e riscos de interceptação, atendendo aos requisitos de segurança da informação. Embora a solução via rádio apresente menor custo e facilidade de instalação, suas limitações quanto à estabilidade em condições climáticas adversas e maior vulnerabilidade a falhas e interceptações a tornam menos indicada para ambientes que exigem desempenho constante e alta confiabilidade. Assim, sob o aspecto técnico, o Link Dedicado é a opção mais adequada para garantir a continuidade e a segurança das operações da BABV.

11. Registro de soluções consideradas inviáveis

Tendo em vista os estudos apresentados, no qual foi verificado que a demanda por conexão na GUARNAE-BV é expressiva e busca-se alta performance e segurança operacional, considera-se que a solução de **Internet via Rádio** é inviável.

12. Análise comparativa de custos (TCO)

Conforme inciso III do artigo 11, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019, deve-se proceder a comparação de custos totais de propriedade para as soluções técnica e funcionalmente viáveis. Assim, tendo em vista que a única solução viável apresentada neste Estudo, refere-se a **modalidade serviço contínuo de internet por meio de link dedicado em fibra óptica**, neste item será apontado a análise do custo prévio estimado para a referida solução.

Assim foi realizada a pesquisa de preços nº 155/2025 no Sistema de Pesquisa de Preços do Portal Compras.gov.br, conforme orientação da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021. O relatório desta pesquisa encontra-se anexo ao processo e ainda anexo a este Estudo. A tabela abaixo resume o valor médio estimado do item objeto de contratação:

Contratação de empresa especializada em serviço de acesso à internet por meio de link dedicado em fibra óptica 12FO, com largura de banda de 1 Gbps (Gigabit por segundo) simétrico e dedicado, incluindo o fornecimento de equipamentos em regime de comodato, visando atender às necessidades da GUARNAE-BV, bem como das Organizações Militares subordinadas e apoiadas.							
Nº	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	VAL. UNID. (R\$)	VAL. MENSAL (R\$)	VAL. ANUAL (R\$)
1	26506	Serviço de Link Via Cabo	UNIDADE	01	R\$5.653,0350	R\$ 5.653,0350	R\$ 67.836,42

13. Descrição da solução de TIC a ser contratada

A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de acesso à internet por meio de link dedicado, com tecnologia de fibra óptica 12FO, fornecendo largura de banda de 1 Gbps (Gigabit por segundo), simétrico e dedicado, assegurando alta disponibilidade, estabilidade e desempenho na transmissão de dados.

A solução deverá incluir, ainda, o fornecimento, em regime de comodato, de todos os equipamentos necessários à plena operação do serviço, como roteadores, switches, conversores ópticos e demais itens que garantam a funcionalidade, segurança e eficiência do enlace.

O serviço visa atender às demandas de conectividade da Guarnição de Aeronáutica de Boa Vista (GUARNAE-BV), bem como de suas Organizações Militares subordinadas e apoiadas, garantindo infraestrutura de rede compatível com as exigências operacionais, administrativas e estratégicas da unidade.

A contratação deverá observar todas as condições, especificações técnicas e estimativas de demanda estabelecidas no presente estudo, assegurando conformidade com os padrões de qualidade, disponibilidade e segurança exigidos para serviços de TIC no âmbito da Administração Pública Federal.

Em vista das exigências, a CONTRATADA deverá seguir os requisitos técnicos da contratação de modo a evitar interrupções no fornecimento do serviço.

14. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 67.836,42

O preço estimado da contratação do serviço é R\$ 67.836,42 (sessenta e sete mil, oitocentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos), conforme memória de cálculo abaixo:

Contratação de empresa especializada em serviço contínuo de acesso à internet por meio de link dedicado em fibra óptica 12FO, com largura de banda de 1 Gbps (Gigabit por segundo) simétrico e dedicado, incluindo o fornecimento de equipamentos em regime de comodato, visando atender às necessidades da GUARNAE-BV, bem como das Organizações Militares subordinadas e apoiadas.						
Nº	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	VAL. UNIT. (R\$)	VAL. ANUAL (R\$)
1	26506	Serviço de Link Via Cabo	UNIDADE	01	R\$ 5.653,0350	R\$ 67.836,42

15. Justificativa técnica da escolha da solução

A presente justificativa visa fundamentar tecnicamente a opção pela contratação de serviço contínuo de acesso à internet por meio de link dedicado em fibra óptica 12FO, com largura de banda de 1 Gbps simétrico e dedicado, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos necessários à operação do serviço em regime de comodato, com o objetivo de atender às crescentes demandas de conectividade da Guarnição de Aeronáutica de Boa Vista (GUARNAE-BV), bem como de suas Organizações Militares subordinadas e apoiadas.

A unidade encontra-se em região com disponibilidade de infraestrutura de fibra óptica e crescente demanda por conectividade de alta velocidade, baixa latência e elevada confiabilidade, sobretudo diante da intensificação de atividades administrativas, operacionais e estratégicas que dependem de serviços de TIC robustos e contínuos. Diante desse cenário, a contratação de link dedicado em fibra óptica se justifica tecnicamente pelos seguintes fatores:

15.1 Alta largura de banda com simetria

O serviço a ser contratado deverá fornecer conexão com 1 Gbps de velocidade simétrica (download e upload), garantindo desempenho elevado e estável para aplicações críticas como:

- Videoconferências institucionais e operacionais em tempo real;
- Acesso a sistemas corporativos em nuvem;
- Transmissão e recebimento de grandes volumes de dados com segurança;
- Utilização simultânea por múltiplos usuários e dispositivos.

15.2 Alta disponibilidade e estabilidade

O modelo de link dedicado garante um canal exclusivo de comunicação, não compartilhado com outros usuários externos, resultando em:

- Conectividade estável e previsível, mesmo nos horários de pico;
- Alta disponibilidade de serviço, essencial para garantir a continuidade das atividades da unidade;
- Baixa latência, adequada para aplicações sensíveis ao tempo de resposta.

15.3 Tecnologia de fibra óptica 12FO

A adoção da infraestrutura em fibra óptica 12FO oferece vantagens técnicas relevantes:

- Alta capacidade de transmissão com baixíssima perda de sinal;
- Maior imunidade a interferências eletromagnéticas;
- Facilidade de expansão futura da capacidade de banda.

15.4 Fornecimento de equipamentos em regime de comodato

A exigência de que os equipamentos (roteadores, switches, conversores ópticos, cabos, fontes, etc.) sejam fornecidos em comodato pela contratada justifica-se pelos seguintes motivos:

- Redução de custos iniciais de aquisição de ativos de rede, evitando investimentos em equipamentos especializados e de rápida obsolescência;
- Manutenção e suporte técnico sob responsabilidade da contratada, garantindo maior confiabilidade e disponibilidade do serviço;
- Agilidade na instalação e ativação do serviço, com equipamentos compatíveis e previamente homologados pela fornecedora.

15.5 Atendimento às necessidades institucionais

A solução a ser contratada contribuirá diretamente para:

- Melhoria da eficiência operacional dos militares e civis lotados na GUARNAE-BV e nas unidades apoiadas;
- Suporte ao funcionamento de sistemas críticos de comunicação, gestão, segurança e controle institucional;
- Ampliação do acesso à informação de forma segura, estável e em conformidade com as diretrizes de segurança da informação da Administração Pública Federal.

Trata-se, portanto, de uma solução técnica moderna, escalável e altamente confiável, plenamente compatível com os requisitos operacionais da GUARNAE-BV. A contratação do serviço de link dedicado em fibra óptica 12FO com 1 Gbps simétrico, incluindo o fornecimento de equipamentos em comodato, garantirá alto desempenho, segurança da informação, redução de custos operacionais e continuidade dos serviços públicos prestados pela organização militar.

16. Justificativa econômica da escolha da solução

Sob o aspecto da economicidade, a adoção de serviço de acesso à internet por meio de link dedicado em fibra óptica 12FO, com largura de banda de 1 Gbps (Gigabit por segundo), simétrico e dedicado, representa uma solução financeiramente vantajosa e estratégica para a Guarnição de Aeronáutica de Boa Vista (GUARNAE-BV), bem como para as Organizações Militares subordinadas e apoiadas.

Embora o serviço de link dedicado envolva custos mensais superiores aos praticados em planos residenciais ou comerciais convencionais, ele se destaca pela sua alta confiabilidade, desempenho garantido e segurança, características essenciais para ambientes institucionais e operacionais que demandam conectividade contínua, estável e com qualidade assegurada por contrato (SLA).

16.1 Relação Custo-Benefício da Solução

A contratação de link dedicado com 1 Gbps simétrico, em comparação com outras tecnologias como internet compartilhada, redes móveis ou satélite, apresenta uma relação custo-benefício superior quando consideradas as seguintes variáveis:

- Alta disponibilidade e estabilidade do serviço, reduzindo interrupções e prejuízos operacionais;
- Garantia de banda mínima contratada (full-duplex), com desempenho constante e adequado a aplicações críticas;
- Capacidade de atender múltiplos usuários e sistemas simultaneamente, sem degradação da qualidade;
- Redução de custos indiretos, como perda de produtividade, falhas em videoconferências, indisponibilidade de sistemas corporativos ou atrasos em comunicações operacionais.

16.2 Economia com Equipamentos e Manutenção

A inclusão dos equipamentos em regime de comodato (como roteadores, conversores ópticos, fontes e demais dispositivos de rede) representa um fator relevante de economicidade, pois:

- Elimina a necessidade de aquisição de ativos especializados, reduzindo o investimento inicial;

- Evita custos com atualização tecnológica, uma vez que a responsabilidade por upgrades e compatibilização é da contratada;
- Garante suporte técnico e substituição imediata de equipamentos com falhas, sem ônus adicional para a Administração Pública;
- Reduz o tempo de implantação e manutenção, o que também contribui para evitar prejuízos operacionais.

16.3 Eficiência na Execução Contratual

A contratação em formato contínuo e centralizado, com uma única empresa prestadora do serviço, facilita o gerenciamento do contrato, melhora a supervisão técnica e possibilita economias de escala. A unificação do serviço em um único grupo licitatório promove:

- Redução de custos administrativos com fiscalização e acompanhamento;
- Facilidade de controle da qualidade dos serviços prestados;
- Padronização da infraestrutura de rede entre as Organizações Militares atendidas.

16.4 Pesquisa de Preços e Fundamentação de Mercado

Após a escolha da solução mais aderente às necessidades da GUARNAE-BV, foi realizada pesquisa de preços, conforme determina a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, a qual regulamenta o procedimento administrativo para a apuração de preços de referência nas contratações públicas.

Essa pesquisa visa oferecer os insumos necessários para o processo licitatório, garantindo que o valor estimado esteja em conformidade com os preços praticados no mercado e assegurando a seleção da proposta economicamente mais vantajosa para a Administração Pública.

Portanto, a contratação de serviço de acesso à internet via link dedicado em fibra óptica 12FO, com 1 Gbps simétrico e dedicado, incluindo o fornecimento de equipamentos em regime de comodato, configura-se como uma solução técnica e economicamente racional, compatível com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, promovendo maior retorno institucional diante do investimento realizado.

17. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de serviço contínuo de acesso à internet por meio de link dedicado em fibra óptica 12FO, com largura de banda de 1 Gbps simétrico, trará benefícios diretos e significativos para a GUARNAE-BV e suas Organizações Militares subordinadas e apoiadas. Entre os principais ganhos estão:

- Alta performance e estabilidade da conexão, essencial para o funcionamento ininterrupto de sistemas operacionais, administrativos e estratégicos;
- Maior capacidade de usuários simultâneos, sem perda de desempenho, otimizando o trabalho em rede;
- Conectividade adequada a aplicações sensíveis, como videoconferências, VoIP, monitoramento em tempo real e acesso a sistemas em nuvem;
- Redução de falhas e indisponibilidades, promovendo maior eficiência e continuidade dos serviços públicos;
- Diminuição de custos com infraestrutura própria e suporte técnico, devido ao fornecimento de equipamentos em comodato e suporte integral da contratada.

A solução, além de moderna e segura, representa um avanço na eficiência operacional, na segurança da informação e na qualidade dos serviços prestados, contribuindo diretamente para o cumprimento da missão institucional da GUARNAE-BV.

18. Providências a serem Adotadas

O setor de licitações da unidade deve confeccionar processo licitatório com o fito de realizar a contratação pleiteada.

19. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação refere-se à prestação de serviço contínuo de acesso à internet por meio de link dedicado em fibra óptica 12FO, com largura de banda de 1 Gbps simétrico e dedicado, incluindo o fornecimento de equipamentos em regime de comodato. Em relação aos possíveis impactos ambientais decorrentes da execução do serviço, avalia-se que tais impactos são de baixa magnitude e plenamente mitigáveis, conforme descrito a seguir:

a) Instalação da infraestrutura física: caso haja necessidade de expansão ou complementação da infraestrutura de fibra óptica, poderão ocorrer obras civis pontuais, com escavações para passagem de cabos e dutos. Esses trabalhos podem gerar impactos ambientais temporários, como:

- Geração de resíduos da construção civil;
- Emissão de ruído e material particulado (poeira);
- Possível interferência em áreas verdes urbanas ou sensíveis.

Tais impactos devem ser mitigados por meio de planejamento técnico adequado, execução com boas práticas ambientais e, quando necessário, licenciamento ambiental específico conforme a legislação vigente.

b) Consumo de energia elétrica: os equipamentos de rede que serão fornecidos em regime de comodato (como roteadores, switches e conversores ópticos) operam de forma contínua e demandam energia elétrica. Embora o consumo individual desses dispositivos seja relativamente baixo, recomenda-se a adoção de equipamentos com selo de eficiência energética, contribuindo para a redução do consumo e das emissões indiretas de gases de efeito estufa.

c) Geração de resíduos eletrônicos (e-lixo): durante o ciclo de vida da prestação do serviço, é possível que ocorra a substituição ou descarte de equipamentos eletrônicos. A exigência de que os dispositivos sejam fornecidos em regime de comodato transfere à contratada a responsabilidade pela manutenção, substituição e descarte adequado, conforme as normas ambientais e sanitárias vigentes, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

d) Transporte e logística: as atividades de entrega, instalação e manutenção dos equipamentos envolvem deslocamento de equipes técnicas e transporte de materiais, com emissões associadas ao uso de veículos automotores. Esses impactos são pontuais e podem ser minimizados por meio de logística eficiente e planejamento de rotas.

A contratação proposta apresenta baixo impacto ambiental e está em conformidade com os princípios da sustentabilidade ambiental. Recomenda-se, no entanto, que a contratada observe práticas de responsabilidade socioambiental durante a execução contratual, incluindo:

- Adoção de equipamentos energeticamente eficientes;
- Realização de descarte ambientalmente correto de resíduos eletrônicos;
- Minimização dos impactos durante eventuais obras civis;
- Cumprimento das legislações ambientais aplicáveis.

20. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

20.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação emergencial de serviço contínuo de acesso à internet por meio de link dedicado em fibra óptica 12FO, com largura de banda de 1 Gbps simétrico, embora não prevista no Plano de Trabalho Anual (PTA), revela-se plenamente viável e necessária diante do crescimento constante das demandas por conectividade na GUARNAE-BV.

A necessidade da contratação decorre da intensificação das atividades administrativas, operacionais e logísticas que demandam serviços de TIC com alto desempenho, além da ampliação do efetivo e da digitalização dos processos institucionais. A infraestrutura de rede atualmente em uso é composta majoritariamente (cerca de 95%) por fibra óptica multimodo (padrão antigo) o que a torna tecnicamente defasada frente às atuais (monomodo). Esse tipo de cabeamento apresenta limitações significativas quanto à distância de transmissão e largura de banda, o que compromete a estabilidade da conexão e restringe a capacidade de tráfego de dados. Como consequência, são frequentes os episódios de lentidão, instabilidade e falhas de conectividade, impactando diretamente serviços essenciais como o acesso a sistemas corporativos, videoconferências, plataformas em nuvem, controle operacional e comunicações seguras.

Nesse contexto, a adoção de um link dedicado por fibra óptica, com velocidade simétrica de 1 Gbps, surge como uma solução técnica atualizada, estável e escalável. Essa solução atende de forma eficiente os requisitos de continuidade, disponibilidade e qualidade exigidos pelos serviços públicos. A contratação inclui ainda o fornecimento de equipamentos em regime de comodato, o que agrega viabilidade econômica ao reduzir custos com aquisição, manutenção e atualização de ativos tecnológicos.

Adicionalmente, a medida está alinhada aos princípios da administração pública ao promover maior eficiência operacional, economicidade e a prestação de serviços de forma contínua e segura, conforme orienta o Decreto nº 10.540/2020 (governança de TIC) e demais normativos aplicáveis.

Portanto, a contratação do serviço de link dedicado é tecnicamente justificada, economicamente viável e estrategicamente relevante, pois mitiga os riscos operacionais advindos da infraestrutura atual, assegura o pleno funcionamento das atividades finalísticas da GUARNAE-BV e reforça a infraestrutura crítica de comunicação em uma região de destacada importância geopolítica e logística, como o estado de Roraima.

21. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLOS EDUARDO PEREIRA DE BRITO

Comandante do ETIC

RICHARD JULIAO ALVES

Agente de Controle Interno

BRUNO KOENIGKAN PONTE

Ordenador de Despesas



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP
Data/Hora de Criação:	29/10/2025 14:56:54
Páginas do Documento:	14
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	15
Hash MD5:	ba7c2240b93ff5d72ee9cb9b84f83343
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten CARLOS EDUARDO PEREIRA DE BRITO no dia 28/11/2025 às 15:38:45 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten BÁRBARA CORRÊA FORTES ALBANO no dia 18/12/2025 às 08:21:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major FRANCISCO ANCHIETA LEMOS AMORIM no dia 18/12/2025 às 09:28:45 no horário oficial de Brasília.

ANEXO II

TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE BOA VISTA

(Processo Administrativo nº:67291.004812/2025-33)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
(A).....
E

A União, Comando da Aeronáutica, representada pela Base Aérea de Boa Vista, por meio da Seção de Licitações e Contratos, com sede na Rua Valdemar Bastos de Oliveira, Bairro Aeroporto, na cidade de Boa Vista-RR, CEP 69.310-108, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.429/0189-05, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas, **JOZAFAR DA PAIXÃO OLIVEIRA JUNIOR MAJ INT**, designado para função pelo Boletim do Comando da Aeronáutica nº ■■■, de 2026, inscrito no CPF nº ■■■■■■■■■■, portador da Carteira de Identidade nº ■■■■■■ – COMAER, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADO, neste ato representada por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº **67291.004812/2025-33** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **90096/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de **SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, PARA FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET POR MEIO DE LINK DEDICADO EM FIBRA ÓPTICA 12FO, COM LARGURA DE BANDA SIMÉTRICA DE 1 GBPS SIMÉTRICO E DEDICADO, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;

1.3.3 A Proposta do contratado;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.2 O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme Termo de Referência.

5 CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$ 67.836,42 (sessenta e sete mil, oitocentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6 CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.7 Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8 Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1 indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2 fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3 estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4 definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5 demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6 prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO

8.1.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1 Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

8.1.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO ;

9.5.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7 Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17 Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19 Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25 Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30 Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31 Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.36 Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica, conforme estabelecido no Termo de Referência.

6.37 O técnico deverá se deslocar a Base Aérea de Boa Vista, quando necessário.

6.38 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

6.39 Atender as recomendações previstas no Termo de Referência.

10 CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, conforme Termo de Referência.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1 Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3 Das indenizações e multas.

13.7 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8 O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/Unidade: 120637;

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 214537;

IV) Elemento de Despesa: 339039;

V) Plano Interno: A0000410000;

15.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em RR, em Seção Judiciária do estado de Roraima, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Boa Vista – RR, 27 de Janeiro 2026

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE BOA VISTA

ANEXO III

MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

ATESTO para os devidos fins, que o Sr^(a) _____ responsável técnico devidamente qualificado, de cargo ou função _____ da Empresa Licitante _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, visitou e vistoriou as áreas e os locais de intervenção, onde serão executados os serviços, objeto da licitação por PREGÃO, juntamente com representante da BABV, tendo tomado conhecimento de todas as informações, especificidades e condições para cumprimento das obrigações contratuais referentes a execução do objeto desta licitação.

Local e data,

nome e nº da identidade do proponente licitante (responsável legal)

Militar que acompanhou a visita

ANEXO IV

MINUTA DA PROPOSTA

COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE BOA VISTA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº **/****
(Processo Administrativo nº *****/*****/*****)

NOME DA EMPRESA

C. N. P. J.: ***/*****/****-**

Endereço:

Rua, * , Nº ****/ SALA *- BAIRRO ***

Fone/Fax: *****/*****/****

MUN IC ÍPI O / U F CEP: *****/*****/****

EMAIL:

Banco do Brasil: agencia: *****/*****/**** / Conta: *****/*****/****

PROPOSTA DE PREÇOS PARA O PREGÃO **/****

ITENS	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	MARC	FABRIC	QTDE	V.UNIT	V.TOTAL
1	DESCRIÇÃO DO OBJETO	****	*****	*****	***	*****	*****

	VALOR TOTAL	*****
--	-------------	-------

Valor da Proposta R\$ *****,** (xxxx milhões xxxxx e xxxxxx mil xxxxxxxx e xxxxxxxx e xxxxxx reais e xxxxxxxxx centavos)

Representante da Empresa: xxxxxx, CPF nº *****,** , IDT: nº *****,**

Órgãoemissor/UF Telefone: (**) *****/*****/****

E-Mail: *****/*****/****

Validade da Proposta: xx(xxx) dias / O prazo de entrega dos bens é de xx (xx) dias

- Declaro, que a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da

proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

- Declaro, sob as penas da lei, que atendo aos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso.

- Declaro que aceitamos e concordamos plenamente com todos os termos deste Edital e seus anexos e que temos total conhecimento de todas as condições neles contidas.

- Declaro ainda que nos preços cotados estão incluídos todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão.

Boa Vista-RR **/*****/****

Assinatura do Sócio da empresa
CPF:



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE BOA VISTA

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, a empresa _____ declara que está ciente e concordar com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência, Contrato e nos demais anexos a que se refere o pregão, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Boa Vista-RR, _____ de _____ de 2025.

Responsável Legal



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	EDITAL E ANEXOS - exclusivo
Data/Hora de Criação:	29/01/2026 14:21:30
Páginas do Documento:	38
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	39
Hash MD5:	48a0eb9720884e3fdb86859e4fc0c468
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten SIDCLEI JUNGER DA SILVA JUNIOR no dia 29/01/2026 às 12:13:21 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap RICHARD JULIÃO ALVES no dia 02/02/2026 às 09:36:27 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major JOZAFAR DA PAIXÃO OLIVEIRA JUNIOR no dia 02/02/2026 às 14:47:33 no horário oficial de Brasília.